

APÊNDICE - A REVISTA DOCUMENTA

A *Documenta* é a revista oficial do antigo Conselho Federal de Educação (CFE) e do atual Conselho Nacional de Educação (CNE). A publicação do seu primeiro número coincide com a instalação do CFE: março de 1962. Niuvenius J. Paoli (1998), ao elaborar um “breve perfil” da *Documenta*, afirma que ela é uma revista particular, pois ao mesmo tempo em que não é uma revista acadêmico-científica também não é um “Diário Oficial”. A peculiaridade da *Documenta* reside no fato de nela serem publicadas tanto “as definições normativas emanadas pelo Conselho e pelo Ministério da Educação” – o que a caracteriza como Diário Oficial – como as exposições dos motivos que fundamentam “determinadas perspectivas em termos de política educacional” (p. 274).

1 Os editores da *Documenta*

Paoli (1998, p. 275) afirma que a *Documenta*, devido a sua particularidade, não tem um corpo editorial propriamente dito sendo a sua publicação de responsabilidade da Secretaria Geral dos Conselhos Federal e Nacional de Educação. Contudo, a partir do n. 8 (out/1962), no período estudado (de 1962 a 1968), na capa interna da *Documenta* é apresentado o nome dos redatores da Revista. Nesse período é muito provável que os redatores da Revista cumprissem o papel de editor, tanto que a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* utilizou o termo “redator” a partir do momento em que passou a atribuir os créditos às pessoas que efetivamente trabalharam na sua edição.¹ A identificação dos redatores (editores) da *Documenta* é relevante no estudo da estrutura da Revista e dos seus objetivos. Entre 1962 e 1968 são apresentados os seguintes redatores:

- Celso Kelly (secretário geral do CFE), Amílcar Osório e Felix de Athayde, do n. 8 (out/1962) ao n. 18 (set/1963);
- Celso Kelly e Amílcar Osório do n. 19 (out/1963);
- Amílcar Osório do n. 26 (jun/1964);
- Amílcar Osório e Maria Mercedes Santos do n. 27 (ago/1964) ao n. 85 (maio/1968);

¹ Ver acima seção 4.3.3 “Editores da *RBEP*”.

- Amílcar Osório do n. 86 (jun/1968) até o final de 1968 (n. 96).²

Na identificação dos redatores da *Documenta* verifica-se que Amílcar Osório pertenceu ao corpo de redatores durante todo o período estudado. Considerando que até abril de 1964 Celso Kelly³ foi o secretário geral do CFE, desligando-se desta função ao ser nomeado conselheiro do CFE, e que Francisco Leitão, ao assumir a Secretaria Geral, não assumiu a redação da *Documenta*, pode-se concluir que Kelly teve forte influência na estruturação e organização da Revista durante todo o período.

É muito provável que a Revista tenha sido idealizada por Celso Kelly com o objetivo de dar maior visibilidade à ação do CFE do que simplesmente publicar os Pareceres, Indicações e Estudos Especiais produzidos pelos conselheiros. A divisão da *Documenta* em seções reforça a idéia de que seu objetivo inicial era de divulgar as ações e as idéias dos conselheiros. Apesar de não haver constância nas seções de um número para o outro, algumas seções são repetidas continuamente; são elas:

- “Notas” – apresentam-se as principais atividades desenvolvidas pelo CFE. O estilo da redação sugere que esta seção cumpre a função de editorial.
- “Pareceres”, “Indicações” e “Estudos Especiais” – nestas seções publicam-se os Pareceres, Indicações e Estudos Especiais dos Conselheiros; em alguns momentos estas seções recebem o título do assunto a que se refere o Parecer; por exemplo, Estatutos, Regimentos, Autorização, Reconhecimento.
- “Noticiários” – são publicadas notícias sobre os conselheiros. Por exemplo, nesta seção é possível identificar os motivos de pedidos de afastamentos dos conselheiros.
- “Entrevistas, Discursos e Outros Pronunciamentos” – são publicadas manifestações dos conselheiros na imprensa em geral.
- “Currículos” – são publicados currículos dos conselheiros.
- “Conselho Federal de Educação” – está seção é inserida na Revista pela primeira vez em abril de 1964, portanto após o golpe militar de 1964, publicando o decreto, assinado pelo presidente deposto João Goulart e pelo Ministro de Estado Interino (da Educação) Julio Furquim Samboquy, com data de 18 de março de 1964, que nomeia os novos conselheiros. Esta seção tem continuidade a partir desta data, nela publicando-se portarias do CFE.

² Após esse período Amílcar Osório continua como redator da Revista.

³ Segundo Leitão (1964), Celso Kelly pertenceu ao extinto Conselho Nacional de Educação e era “homem de letras, jornalista, cultor das artes e professor”. Em 1964, assume a presidência da Associação Brasileira de Imprensa – ABI (*Documenta* n. 30, p. 21-22, out, 1964).

A revista *Documenta*, a partir de 1966, diminui a ênfase no objetivo de dar visibilidade ao CFE. Esta mudança faz-se notar a partir do n. 47 (março, 1966), que é o último a publicar a seção “Notas”. Ainda entre o n. 48 (abril, 1966) e o n. 69 (maio, 1967), com frequência a Revista é iniciada com um artigo ou “Estudo Especial” de um conselheiro, mantendo a característica de um editorial. Do n. 70 (jun. 1967) em diante a primeira seção da Revista é a “Pareceres” ou outra equivalente.

2 Dimensões da *Documenta* e a seleção de Pareceres

Nos primeiros anos da sua publicação a *Documenta* é uma revista de tamanho modesto. Segundo o estudo de Niuvenius J. Paoli (1998, p. 275), as suas dimensões são de 15,5 cm por 23,5 cm e a média de páginas é de aproximadamente 65. É muito provável que devido ao reduzido número de páginas da Revista não fossem publicados todos os Estudos Especiais e as Indicações produzidos pelos conselheiros. Um indício reforça esta hipótese: na *Documenta* n. 13 (abril, 1963), após a publicação do Parecer 13/63⁴, na seção “Notas” são publicados, a pedido do Conselheiro Almeida Junior: “Estudo Especial” de Maurício Rocha e Silva; o “Parecer n° 260/62” (não votado) de Clóvis Salgado, o “Parecer n° 3/63” (não votado) de Almeida Junior; novas considerações de Maurício Rocha e Silva; e as considerações de D. Candido Padin transcritas da ata taquigráfica da 4ª Sessão Plenária de 1963. Na Revista a publicação das discussões sobre o sistema de cátedra é assim justificada:⁵

A propósito da matéria, o Cons^o Almeida Junior, dada a importância da decisão tomada, qual a de admitir a possibilidade da ausência de cátedras nas escolas superiores particulares, solicitou a publicação na *Documenta*, à guisa de justificação dos motivos que levaram o Conselho a tal atitude, de manifestações anteriores de S. Ex^a e do Sr. Cons^o Maurício Rocha e Silva.

O Sr. Cons^o Cândido Padin pediu, também, que a esses pronunciamentos fosse acrescentado o que apresentara, em reunião anterior, sobre o assunto.

Atendendo a essas solicitações, transcrevemos abaixo os diversos pronunciamentos (*Documenta* 13, abril, 1963, p. 6).

O fato de ser necessária a solicitação da inclusão de um Estudo Especial e de Pareceres não votados indica que havia seleção de material a ser publicado. Outro aspecto relevante é que Pareceres que tratavam sobre a solicitação de aprovação de regimentos das Faculdades Isoladas não eram publicados na íntegra. Com frequência a publicação da aprovação de regimentos tem a seguinte seqüência: em um número é apresentada a lista de Pareceres na

⁴ O Parecer apresenta a possibilidade de a Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo não incluir a figura do professor catedrático no seu regimento.

⁵ Estas matérias também são publicadas no v. 4^o, n. 91 (jul/set. 1963) da *RBEP*.

qual a conclusão do CFE é a de “baixar diligência” e, em número posterior, é publicado Parecer no qual o relator pede a aprovação do regimento justificando que as alterações solicitadas pelo Conselho foram atendidas. Pelo material divulgado não é possível saber as alterações solicitadas pelo CFE. Por exemplo, na Documenta 14 (maio, 1964), o Parecer intitulado “Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis” tem a seguinte redação:

Parecer nº 318/62 (adendo) – aprov. em 2-4-1963 – Atendendo às exigências e sugestões feitas no Parecer nº 318/62, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luis remete novo documento em que todas as falhas foram sanadas. Nestas condições, o Regimento poderá ser, agora, aprovado (Documenta 14, p. 13 maio, 1963).

A única publicação encontrada referente ao Parecer 318/62 em números anteriores da *Documenta* é a seguinte: “Prosseguindo o exame dos Regimentos que lhe foram remetidos pelas Faculdades, o CFE resolveu baixar em diligência os processos cuja numeração se segue” (Documenta n. 10, dez, 162, p. 127); na seqüência é publicada a lista de Pareceres. Neste exemplo a leitura da Documenta não permite identificar os motivos pelos quais o regimento original não foi aprovado.

As dificuldades encontradas, no período pesquisado, para a publicação de uma revista são uma das possíveis explicações para que na Documenta não se publicassem todos os documentos produzidos pelos Conselheiros. Francisco Leitão, ao exaltar os méritos de Celso Kelly, aponta as dificuldades enfrentadas:⁶

Homem sem vaidade, apenas de uma iniciativa se mostrou orgulhoso: a da publicação da ‘Documenta’, onde se divulgam as atividades do Conselho e que só Deus sabe à custa de quantos sacrifícios tem até agora a impressão e a distribuição em dia. É uma das heranças que mais me preocupam, pois conheço as dificuldades burocráticas para realização de coletas de preços, concorrências administrativas ou públicas, enfim para conseguir que tudo se faça entre uma reunião e outra, sem falar dos trabalhos de preparação dos originais, revisão, etc. (Documenta, n. 27, p. 11, julho, 1964).

3 A Documenta e a RBEP

A *Documenta* e a *RBEP*, apesar de serem publicadas por entidades ligadas ao MEC, são revistas concorrentes. A seção “Conselho Federal de Educação” da *RBEP* é inserida na Revista concomitantemente com o lançamento do primeiro número da *Documenta*.⁷ No

⁶ Os editores da *RBEP* também apontavam dificuldades para a publicação da revistas, ver acima seção 4.3.5 “Leitor imaginário”.

⁷ Sobre as seções da *RBEP*, ver acima seção 4.3.1 “Estrutura da *RBEP*”.

Editorial da *RBEP*, v. 42, n. 95, intitulado “Antes do dicionário brasileiro de educação”⁸, o conselheiro do CFE e diretor executivo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE)⁹, Péricles Madureira de Pinho, relata ter questionado a proposta de Celso Kelly de que o CFE devesse ter um instituto de pesquisa, contrapondo que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) poderia exercer esta função; possivelmente deva ter ocorrido a mesma discussão em relação às revistas *Documenta* e *RBEP*.

Os membros do CFE, na sua constituição inicial, pertenciam a grupos ideologicamente divergentes. Devido às lacunas presentes na LDB/1961, que permitiriam ao CFE determinar os rumos das políticas para a educação brasileira, nesse momento é fundamental para cada um dos grupos consolidar a sua posição no CFE para exercer a liderança intelectual e moral das reformas educacionais, no caso desta tese, a universitária. Isto se aceita a hipótese discutida no capítulo 4 desta tese, de que alguns conselheiros próximos ao INEP utilizavam-se da *RBEP* para exercer a liderança intelectual e moral da Reforma Universitária.¹⁰

Em uma primeira abordagem das Revistas se tem a impressão de que a *RBEP* é uma revista na qual se discutem as idéias e a *Documenta*, na qual são apresentados “atos legislativos” do Conselho. Em estudo mais detalhado das Revistas esta primeira impressão é superada, pois parte significativa dos artigos dos conselheiros, publicados na *RBEP*, é constituída por Pareceres, Indicações e Estudos Especiais elaborados por eles. A *RBEP* também publicava leis, portarias e decretos. Por sua vez, a *Documenta*, no período estudado, não publicava apenas “atos legislativos”, mas publicava notícias, entrevistas, discursos dos conselheiros; e que a parte relativa à produção do CFE não se restringe a normatizar e a interpretar as leis educacionais, é também doutrinária.¹¹ Neste sentido Niuvenius J. Paoli afirma:

O levantamento detalhado de Pareceres do C.F.E. permitiu descobrir que conforme o tipo de assunto, e dependendo de quem for relator do Parecer, é possível encontrar textos que são verdadeiros artigos, na medida em que seu autor apresenta um conjunto de informações e argumentos que tem [sic] a consistência de uma análise extensa sobre uma determinada matéria, ou ainda exposições que fundamentam determinadas perspectivas em termos de política educacional. É o que por vezes encontramos, como, por exemplo, os de autoria de Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro Mendes e Newton Sucupira entre outros (1998, p. 274).

⁸ Este editorial também foi publicado na *Documenta*.

⁹ O CBPE era o órgão de pesquisa do INEP

¹⁰ Sobre as divergências no CFE ver as seções 2.1 “Antecedentes históricos do CFE” e 2.2 “A composição do CFE”.

¹¹ Sobre a elaboração de doutrinas do CFE ver acima seção 2.5 “Os instrumentos normatizadores do CFE”.

A observação de Paoli é confirmada ao analisar-se a dimensão e a estrutura dos “Pareceres” relativos à definição dos currículos mínimos publicados nos números 10 (dez/1962) e 11 (jan/1963). Alguns dos Pareceres têm uma longa introdução discutindo as características do curso e outros simplesmente apresentam a grade a ser seguida pelos cursos de graduação. Na tabela 1 observa-se que a maioria dos Pareceres possui a extensão de duas ou três páginas. Considerada a extensão dos Pareceres por autoria, verifica-se que a maioria dos Pareceres de Valnir Chagas, Newton Sucupira e Maurício Rocha e Silva ultrapassa três páginas, e que a maioria dos Pareceres de Francisco Maffei está aquém dessas três páginas. Considerando-se o Conselheiro e o Curso ao qual se refere cada Parecer, observa-se que Newton Sucupira tratou do curso de Filosofia em 10 páginas e o curso de História em três; e que Maurício Rocha e Silva utilizou seis páginas para tratar do curso de Medicina e de duas para o curso de Veterinária.

Tabela 1: Número de página dos Pareceres que definem o currículo mínimo de cursos

Conselheiro Relator	Curso	Página Inicial	Página Final	Total	Observação
Péricles dos Santos Madureira de Pinho	Direito	16	18	3	
Maurício Rocha e Silva	Medicina	19	24	6	
Francisco Maffei	Engenharia	25	27	3	Da pg. 27 a 32 apresenta as grades das diversas engenharias
João Brusa Neto	Agronomia	38	40	3	
Clovis Salgado	Arquitetura e Urbanismo	41	43	3	
Josué Montello	Biblioteconomia	44	45	2	
Pe. José Vieira Vasconcellos	Ciências Sociais	46	48	3	
Clovis Salgado	Desenho (licenciatura)	49	50	2	
Clovis Salgado	Educação Física e Desporto	51	53	3	
Clovis Salgado	Enfermagem	54	59	6	
Newton Sucupira	Filosofia	61	70	10	
Francisco Maffei	Física (licenciatura)	71	72	2	
Francisco Maffei	Geólogos	73	73	1	
Antônio Ferreira de Almeida Junior	História Natural	75	75	1	Apresenta a grade
Celso Cunha	Jornalismo	76	78	3	
Valnir Chagas	Letras	80	83	4	
Francisco Maffei	Matemática	85	86	1	Apresenta a grade
Maurício Rocha e Silva	Nutricionista (Reconhecimento de curso)	87	91	5	
Clovis Salgado	Odontologia	93	94	2	
Valnir Chagas	Matérias Pedagógicas	95	100	6	
Francisco Maffei	Química ou Química Industrial	101	102	2	

Francisco Maffei	Química Licenciatura	103	104	2	
Clovis Salgado	Serviço Social	105	106	2	
Maurício Rocha e Silva	Veterinária	107	108	2	
Joaquim Faria Góes Filho	Economistas, Atuários e Contadores.	25	28	4	
Clovis Salgado e Maurício Rocha e Silva	Farmácia	30	40	11	
Newton Sucupira	Geografia	42	45	4	
Newton Sucupira	História	46	48	3	
Clovis Salgado	Música	49	54	4	Inicia no fim da página
D. Cândido Padin	Orientação Educacional	56	58	3	
Valnir Chagas	Pedagogia	59	65	7	
Valnir Chagas	Psicologia	66	69	4	

Fonte: Revista Documenta n. 10 (dez/1962) e 11 (jan/1963)

Conclusão

A revista *Documenta* foi idealizada e organizada por Celso Kelly com o objetivo de dar maior visibilidade às ações e idéias do Conselho Federal de Educação (CFE), visto que o material publicado não se resume às deliberações do Conselho. Além de publicar notícias referentes ao Conselho e Estudos Especiais, muitos dos Pareceres são verdadeiros artigos.

No período entre 1962 e 1968, a *RBEP* e a *Documenta* são revistas oficiais que concorrem na divulgação das idéias produzidas pelo Conselho. Isto se explica pelo fato de que não há homogeneidade ideológica no Conselho, pois a nomeação dos primeiros conselheiros é consequência dos arranjos políticos que conduziram os membros dos grupos divergentes na elaboração da LDB/1961. Portanto a divulgação das idéias de cada grupo é essencial na definição de quem exerceria a liderança moral e intelectual da Reforma Universitária.